

Denunciada a rolagem da dívida

25 DEZ 1991

JORNAL DE BRASIL

Arquivo

São Paulo — O acordo entre o Governo Federal e o PMDB para a rolagem da dívida de estados e municípios é inconstitucional sob dois aspectos, denunciam em coro os juristas Ives Gandra e Celso Bastos, titulares de Direito Constitucional da Universidade Mackenzie e da Puc São Paulo, respectivamente. Em primeiro lugar, o Artigo 52 da Constituição Federal estabelece, nos incisos 6 a 9, que compete exclusivamente ao Senado a determinação dos limites dos montantes e as condições de pagamento (prazo e juros) para as operações de crédito interno e externo. Depois de considerar inconstitucional o acordo da rolagem, o Senado acabou abdicando desta sua prerrogativa, sob pressão da Câmara Federal, o que foi também um ato inconstitucional, considera Celso Bastos.

Em segundo lugar, o pacto selado entre o PMDB e o ministro Jarbas Passarinho envolve o suado dinheiro de trabalhadores depositado no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). “Este dinheiro é sagrado, e não é propriedade do Governo, que só o administra. Este dinheiro pertence ao povo, o governo não tem direito de tocar nele”, indigna-se Ives Gandra, que se declara disposto a formular, gratuitamente, um parecer contrário ao acordo, desde que algum partido político ou entidade sindical de trabalhadores de abrangência nacional o solicite. O jurista Celso Bastos concorda e assina embaixo.

Por este trato, a União assume uma dívida dos estados que só será resgatada em 20 anos. E leva de emburlo a dívida que alguns estados contraíram com o FGTS, da ordem de US\$ 9 bilhões. Os trabalhadores contratados pela CLT demitidos que fossem levantar o dinheiro do Fundo não conseguiriam receber porque o dinheiro não havia sido depositado pelos estados. Pelo acordo, a União assumiu também



Segundo Ives Gandra, o acordo de Collor prejudica o trabalhador

esta dívida dos estados, garantindo que depositará imediatamente este dinheiro que cabe aos chamados celetistas. E ainda aceita ser reembolsada pelos governos estaduais dentro de 20 anos. “Além de inconstitucional, este acordo ainda vai desestruturar todo o FGTS. O que estes celetistas receberem vai acabar saindo da contribuição pa-

ga pelas empresas que honram seus compromissos e pelos demais trabalhadores”, afirma Gandra, inconformado.

Pagar Eleições

O total da dívida rodada dos estados e municípios é de US\$ 70 bilhões. “Quase o mesmo valor do endividamento externo do Brasil”, ressalta Celso Bastos. “É muito di-

nheiro para uma operação deste tipo; não deveria ter sido feito sob forma de barganha”, protesta ele. Em troca da rolagem, a maioria peemedebista penhorou seu apoio à reforma tributária de emergência empreendida pelo Governo Collor. “Houve um acordo prévio entre Quêrcia e Collor”, conta Bastos. “A rolagem da dívida foi trocada pelo apoio do PMDB a um ajuste fiscal, através da elevação das alíquotas do Imposto de Renda que penalizará novamente a classe média. Este ajuste deve elevar a arrecadação da União em US\$ 10 bilhões”, estima Bastos. O ajuste inclui ainda a correção monetária de taxas e impostos.

Segundo Ives Gandra, esta troca de favores visa pagar despesas não só das eleições passadas, como futuras, as custas do trabalhador. “Não é mais possível as autoridades fazerem o que querem com o contribuinte e com o trabalhador”, opina ele. “Nenhuma entidade sindical me procurou ainda, talvez porque ainda não tenham percebido a gravidade da situação. Mas se me procurarem, darei gostosamente minha opinião legal”, assegura Gandra.

Para Celso Bastos, o acordo entre peemedebistas e Governo Federal tende a prejudicar os estados que mantiveram suas despesas sob controle. Além disto é antipopular e pode também ser inflacionário. “Os estados estão exangues na maioria. Por isto, 1992 teria de ser um ano de poupança, para tapar buracos como o do FGTS”, opina Bastos. “No entanto, com a dívida renegociada e jogada para daqui a 20 anos, os estados voltarão a se endividar. Vai haver uma injeção de dinheiro muito grande para os municípios, para controlar o pleito. Disponibilidade financeira grande num ano eleitoral é sempre uma combinação terrível”, adverte Celso Bastos.